



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Fundamentos do Serviço Social - Ênfase: Formação Profissional

**A expressão do conservadorismo no Serviço Social:  
debate necessário no contexto da precarização da  
educação superior**

Karina Caputti Vidal<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca discutir sobre os elementos encontrados na atualidade que remetem a perspectiva conservadora no Serviço Social. Apresenta como objetivo apreender o campo de disputa que se faz presente na profissão avesso a direção política e ética defendida pelo atual Projeto Profissional. Dessa forma, foi realizada pesquisa bibliográfica para embasamento teórico. Os elementos apresentados permitem concluir que na atual fase do capitalismo ocorre o fortalecimento de uma formação profissional tecnicista, imediatista e pragmática intensificada pela lógica mercantilista da educação superior. Conduzindo a uma formação cada vez mais precarizada e distante do Projeto Ético Político da profissão.

**Palavras-chave:** Conservadorismo; Serviço Social; “Reforma” do Serviço Social; Precarização da Educação Superior.

**Abstract:** This article seeks to discuss the elements found today that refer to the conservative perspective in Social Work. It presents the objective of apprehending the field of dispute that is present in the profession averse to the political and ethical direction defended by the current Professional Project. In this way, a bibliographic research was carried out for theoretical foundation. The presented elements allow to conclude that in the current phase of the capitalism there is the strengthening of a technical training, immediatist and pragmatic intensified by the mercantilist logic of higher education. Leading to an increasingly precarious and distant formation of the Political Ethical Project of the profession.

**Keywords:** Conservatism; Social Work; "Reform" of Social Work; Precarization of Higher Education.

---

<sup>1</sup> Assistente Social, servidora pública na Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto/SP, doutoranda no Programa de Pós Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, e-mail: karinacaputti@yahoo.com.br.



## **1. Introdução**

O texto apresentado tem como objetivo apreender a historicidade do Serviço Social, compreendendo que existe um campo de disputa na direção da profissão que se faz presente nas suas dimensões teóricas, metodológicas, ideopolíticas, sociais e culturais.

Assim, o campo teórico da profissão não é um campo neutro, existem projetos de profissão vinculados a projetos societários que incidem em uma direção política, social e ética adversa a defendida atualmente pelo Projeto Ético Político da profissão.

O Serviço Social brasileiro vivenciou em meados dos anos 1970 até o início dos anos de 1980 um período extremamente fundamental na apreensão de suas bases teóricas, metodológicas, ideopolíticas e éticas, advindos da perspectiva de ruptura da renovação da profissão.

Ocorre uma verdadeira revisão do entendimento da profissão, nas últimas décadas a profissão se alinha a movimentos de resistência e de luta, que colocam o serviço social em outro patamar.

Contudo, a perspectiva que se alinha ao conservadorismo, mesmo que tenham deixado de ter a hegemonia da profissão, ainda se faz presente nos diferentes espaços de disputa da categoria, atuando de forma permanente no processo de formação profissional, utilizando-se de um discurso pragmático que ganha força perante as novas formas de configuração do modo de produção capitalista.

Dessa forma, este breve texto, busca apreender as novas formas de manifestação da perspectiva conservadora que com uma linguagem que retoma velhas formas do Serviço Social se alinha aos interesses de produção e (re)produção do modo de produção capitalista, é uma perspectiva de trabalho profissional que atende de forma mais direta os interesses de formação flexível, pragmática e tecnicista.

## **2. O conservadorismo no contexto profissional: recorrendo a historicidade do Serviço Social**

A realidade se fragmenta, as verdades difundidas na era do capital são colocadas como intransponíveis e insuperáveis, como realidade determinada, que induz a uma perspectiva de verdade absoluta, conduzindo a uma determinação de que a ordem estabelecida pelo capital é natural. Essa naturalização presente neste pensamento sucumbe à luta de classes como algo do passado, algo que já foi superado.

Assim, as mudanças da realidade social só podem ser vislumbradas a partir da ordem estabelecida, cabendo ajustar-se a essa ordem. As bases desse pensamento são



delineadas pela perspectiva positivista, que conforme Yazbek (2009, pg.5) “restringe a visão de teoria do âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação”.

A questão que se coloca é que nesta perspectiva a análise da realidade social fica no campo do verificável, do superficial, não atinge as mediações necessárias que permitem o entendimento da realidade social, ou seja, as suas determinações.

De acordo com Lowy (2000, pg. 17) o positivismo se configura como um “sistema” coerente e operacional da sociedade regido por leis naturais, ou seja, independem da ação humana, existindo certa “harmonia natural”, as ciências sociais passa a ser assimilada pela ciências naturais, implicando em uma certa neutralidade aos aspectos verificáveis no campo empírico. Dessa forma, a sociedade passa a ser analisada a partir da ideia de leis naturais na vida social.

Se por um lado o fundamento positivista se fortaleceu no processo capitalista, enquanto uma linha teórica que passa a ser incorporada para explicar as estruturas e a realidade social, encontra no conservadorismo um aliado fundamental neste processo. O conservadorismo não se explica por si mesmo, sendo uma expressão mais profunda dessa forma de entender a construção social e a ordem das coisas.

O pensamento conservador é a expressão da consciência imediata que expressa valores determinantes apresentando como fundamento das relações sociais determinadas. Existindo interesses antagônicos enquanto uma expressão da luta de classes. O que cabe sinalizar é que no pensamento conservador existe uma intencionalidade de manutenção da ordem estabelecida, de resgate do passado, de perspectivas moralizadoras e moralizantes, uma ideia de certo ou errado, de bem e de mal, algo que se funda com uma perspectiva de realidade social que se alinha a um determinado projeto de classe.

O conservadorismo nunca saiu de cena, pois é um mecanismo imprescindível para a conservação e a ordem do capitalismo, mediando as relações sociais, não é algo singular presente em uma profissão, mas presente em todos os aspectos da vida social, em todas as suas dimensões, sendo elas: social, econômica, política, cultural, moral entre outras.

Cabe neste momento nos remetermos ao Serviço Social, considerando que o pensamento conservador nunca deixou de estar presente na profissão, a renovação do Serviço Social no período determinado como aristocracia burguesa, representa um processo de erosão com o Serviço Social tradicional. É no contexto da renovação do Serviço Social que ocorre a legitimação entre a prática e a validação teórica. Dessa forma, a renovação deve ser compreendida enquanto um avanço para a profissão nos seus diferentes aspectos.

O período em questão busca a fundamentação teórica no Serviço Social perpassando por uma diversidade de fontes teóricas e ideoculturais. Assim, esta busca intelectual para as questões postas no “mundo do trabalho” e no “mundo cultural” colocam o



próprio Serviço Social enquanto um objeto de pesquisa, que passa a se questionar e a se investigar (Netto, 2011, p. 133).

É no período da aristocracia burguesa que os questionamentos da profissão se tencionam, decorrentes de um desenvolvimento do próprio sistema capitalista, inicia uma verdadeira revisão da profissão que é motivada pelos próprios profissionais, esse movimento se espalha por todo cone sul, advindos do movimento de reconceituação da América Latina. Demarcadas por dois posicionamentos, de um lado a perspectiva burguesa de modernização, de outro uma perspectiva mais revolucionária e democrática. Está demarcada a tensão existente na profissão, um que buscava uma “nova modernização” e outro que buscava uma ruptura com o tradicional. E neste processo, as aproximações teóricas também são distintas.

O processo de renovação do Serviço Social no Brasil deve ser entendido de forma acumulativa, neste momento, destacamos a perspectiva modernizadora, que busca adequar o Serviço Social enquanto um instrumento de intervenção a ser operacionalizado no desenvolvimento capitalista. O seu auge é a segunda metade dos anos 60, havia uma continuidade com a acumulação profissional anterior e sua funcionalidade para a autocracia burguesa.

Assim, ocorre a tentativa de legitimar por meio de uma fundamentação o papel do Serviço Social, sendo utilizado o aporte estrutural- funcionalista norte americano. Remete-se aos conceitos tradicionais, buscando inseri-lo em uma moldura teórica e metodológica remetendo-se ao ecletismo.

Destaca-se a influência do Serviço Social norte americano, que teve grande repercussão no país nos anos 40 e 50, destacamos aqui as ideias de Mary Richmond, suas obras repercutiam na institucionalização da profissão no Brasil. Nesta perspectiva ocorre uma evolução da caridade e/ou ajuda aos pobres, é uma organização da ajuda que acaba espontaneamente evoluindo para a profissão.

Netto (2001) rebate essa tese da evolução da ajuda como surgimento da profissão, apontando que é a partir da produção e reprodução do capitalismo considerando os aspectos econômicos, sócio-políticos e teóricos culturais, instalados em um determinado contexto histórico- social que emerge o Serviço Social enquanto uma profissão. Tendo em vista que a profissão não surge de forma linear e continua, não é um processo de continuação e evolução da caridade que se trata o seu surgimento. Mas, a forma como o Estado organiza as políticas sociais, que surge a necessidade de profissões voltadas a esta função. Conforme Netto (2001, p. 73) “A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem a “organização da caridade”, vincula-se à dinâmica da ordem monopólica”.



O surgimento da profissão vincula-se ao processo de acumulação do capital, é partir dessa relação que se busca entender as mediações existentes na sociabilidade do capital. Contudo, como já assinalamos no início deste texto, o pensamento conservador sempre existiu na profissão e tenta conciliar e alinhar a profissionalização do Serviço Social com os ideais do capitalismo.

Na atualidade presenciamos um levante deste direcionamento ainda mais acentuado, considerando principalmente o contexto histórico- social vivenciado, onde o estabelecimento da ordem do capital acentua ainda mais as desigualdades sociais retomam-se ao velho discurso da relação dual entre teoria e prática, entre o distanciamento da formação profissional e a prática interventiva. Essa perspectiva pragmática se alinha a necessidade da imediaticidade exigidas na sociabilidade do capital que rebatem na prática profissional, com respostas e soluções rápidas para as demandas apresentadas no cotidiano. É o campo do saber imediato, onde o empirismo se faz presente.

Constatamos que o pragmatismo é responsável pelo profundo empirismo de que a profissão se nutre e por uma determinada maneira de conceber a relação teoria e prática. Nesta abordagem, assim como no Serviço Social, há uma supervalorização da prática, identificada como pura experiência, dos hábitos e costumes que serão verdadeiros se bem-sucedidos e se servirem à solução imediata de problemas. O pragmatismo é também responsável pelo profundo desprezo que, em geral, alguns profissionais sentem por uma teoria crítica, não por qualquer saber, não pelo saber prático-instrumental, mas por aquele que efetivamente busca os fundamentos e, por isso, nem sempre se reverte em respostas imediatas. (Guerra, 2013, p.42).

### **3. A nova/ velha roupagem do pensamento conservador: o alinhamento aos interesses do Capital**

Na lógica da mundialização do capital financeiro e da superexploração dos países de capitalismo periférico, muito além de precarizar as condições de vida dos diversos sujeitos sociais, a lógica de acumulação incide sobre o processo intelectual, deteriorando o pensamento crítico, que no caso do Serviço Social tende a construir uma formação profissional que se distancia dos fundamentos da profissão.

Neste contexto, nas últimas décadas, verifica-se que determinados grupos, ganham paulatinamente mais simpatizantes, ao defender uma nova forma e direção do fazer profissional que no contexto da precarização da educação superior contribui para uma formação tecnicista e imediatista.



Dessa forma, destacamos as comunidades criadas na rede social do facebook o “Serviço Social libertário”<sup>2</sup> criada em maio de 2016 com quase 4 mil seguidores e o “Serviço Social Conservador”<sup>3</sup> criada no ano de 2018. Ambas as páginas apresentam uma defesa contrária ao Projeto Ético Político da Profissão.

Verifica-se que além da direção política, defesa do conservadorismo e ainda de obras teóricas já superadas pelo acúmulo do conhecimento construído pela profissão, as referidas comunidades reivindicam uma “reforma” do Serviço Social respaldada no texto intitulado: “23 teses pela reforma do Serviço Social Brasileiro” (Oliveira, 2017)

Na sequencia é apresentada algumas reflexões sobre o texto que propõe o resgate e aproximação do pensamento de Mary Richmond “(...) um distanciamento cada vez maior da origem coerente e congruente que teve” (Oliveira, 2017, p.04), neste aspecto o autor defende que a origem da profissão ocorre devido a evolução da ajuda. Remetendo ao Serviço Social dos anos 40 e 50, que busca bases teóricas positivistas fundamentar a sua profissionalização, culminam na perspectiva da modernização do processo de renovação do Serviço Social.

No que diz respeito ao Serviço Social, a recorrência ao empiricismo mais elementar o condena a um antirrealismo, ingênuo e falso; como é falsa a concepção, cada vez mais presente na profissão, de Serviço Social como técnica social (de ajuda, de mediação de conflitos, de resolução de problemas, efetivação de direitos). (Guerra, 2013, p. 46.)

O autor remete ainda ao pragmatismo, com a suposta dualidade entre prática e teoria, reafirmando que a proposta de “reforma” deve considerar o Serviço Social a partir da prática, definindo o conhecimento da profissão como acadêmico e distante da realidade “restrito aos muros da academia e ideias bravatas político- ideológicas sem nenhum compromisso com sua aplicabilidade”. (Oliveira, 2017, p. 14). Neste aspecto fica claro que o autor direciona a sua eventual crítica a intenção de ruptura presente na renovação da profissão. Vai além, em diferentes passagens do texto remete o Projeto Ético Político da profissão, que é gestado a partir da aproximação com o marxismo, como “profissão militante político- ideológica” (Oliveira, 2017,p.3).

Ora, esse projeto profissional não é uma abstração da realidade, muito pelo contrário, é antes um reconhecimento da sociedade de classes, deflagra a exploração de um sistema social que se mantém através da alienação do trabalhador. Não é um projeto que se sustenta por bases idealistas ou utópicas (que são irrealizáveis) é sim um projeto político, visto que reconhece a sociedade de classes, é um projeto coletivo, que coloca o assistente social na divisão social e técnica do trabalho, esse projeto define uma

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/servicosociallibertario/>.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/servicosocialconservador/>



determinada direção social que se conecta a um determinado projeto societário, nesta perspectiva se vincula a sociedade como um todo.

Os projetos profissionais são impensáveis sem esses pressupostos, são infundados se não os remetemos aos projetos coletivos de maior abrangência: os projetos societários (ou projetos de sociedade). Quer dizer: os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político. (Teixeira; Braz, 2009, p.6).

É importante apontar que esse projeto não é homogêneo, mas um projeto em disputa, que implica uma direção definida de análise e entendimento do funcionamento da sociedade no capitalismo, mas esse projeto não é descolado da realidade. Contudo, uma leitura que não possibilita a totalidade do funcionamento das condições impostas pelo capital e como este se manifesta na produção e reprodução das relações sociais, pode implicar uma leitura idealizada desse projeto ou mesmo na impossibilidade de sua realização.

O PEP se constitui em projeto profissional crítico, mas sua concretização ocorre na práxis que “é a realização da vontade, da teleologia, resultado de uma causalidade posta por um sujeito que tinha em mente essa sua atividade” (GUERRA, 2015, p.60). Na execução do trabalho profissional é que pode se realizar ou não; a ética, quando desconsidera a teoria e a política, pode conduzir para ações individuais e mistificadas; a dimensão política deve ser entendida nas contradições e nos interesses das classes antagônicas, na compreensão de que participamos dos processos sociais enquanto classe trabalhadora; das implicações éticas e políticas consideradas ou não na ação profissional e os seus vínculos como projeto de sociedade; não é possível considerar uma ação ética desconsiderando o político. Portanto, as mediações necessárias para a concretização do PEP, envolvem as dimensões teóricas, éticas e políticas (GUERRA, 2015).

Para além dos diferentes questionamentos apontados no referido texto<sup>4</sup>, o autor direciona essa necessidade de “reforma” considerando a perda de postos de trabalho do Serviço Social, ou ainda, a outras profissões que atuam na execução das políticas públicas, nesta dimensão o autor não analisa e nem se propõe a isso, considerar a diferentes configurações determinadas na atualidade no mundo do trabalho.

---

<sup>4</sup> Além das questões levantadas pontua-se que o texto de Oliveira (2017) apresenta ainda um forte direcionamento religioso, remete a ideia de “bem-comum” a partir da perspectiva cristã: “[...] que somos e seremos cobrados por isso” (Oliveira, 2017,p.35). No texto da referida “reforma” do Serviço Social o autor cita ainda diferentes passagens bíblicas “ Mas aquele que me negar diante dos homens, eu também o negarei diante do meu Pai que está nos céus” (Oliveira, 2017,p.35). O texto remete a teoria social de Marx como uma espécie de doutrina aqui se expressa à confusão presente no texto entre doutrina e teoria.



Com a acumulação flexível ocorre uma crescente desregulamentação e fragmentação do trabalho, sendo utilizado enquanto um dos mecanismos estratégicos para o lucro do capital, assim conforme Antunes (2011, p. 29) sobre a tese de Harvey de que a acumulação flexível, “na medida em que ainda é uma forma própria do capitalismo”, preserva a essência do seu modo de produção, sendo assim, seus interesses voltam-se para o crescimento; o crescimento se apoia na exploração do trabalho vivo e o capitalismo tem uma relação inerente a dinâmica tecnológica e organizacional.

As novas formas de reestruturação produtiva em tempos de mundialização do capital geram relações de trabalho cada vez mais fragmentadas e precarizadas, esses fatores na verdade possibilitam a acumulação do capital, conforme aponta Kuenzer (2002,p.92) “(...) mas da própria possibilidade de acumulação do capital, posto que a reestruturação produtiva se alimenta e se mais se dinamiza quanto mais produz o seu contrário: o trabalho precarizado”. Com isso, podemos dizer que para o Estado neoliberal o trabalho precarizado é condição fundamental para a acumulação do próprio capital. Neste aspecto destacamos a relação capital e trabalho, entendendo que são relações que se complementam, um depende do outro, o capital se organiza e se perpetua numa estreita relação com o trabalho, mas uma relação de exploração e de alienação, retirando do trabalho a sua capacidade emancipatória e de realização social.

O modo de produção capitalista incide diretamente sobre as condições objetivas do mundo do trabalho, todas as profissões tem tido o impacto dessa configuração determinada ao mundo do trabalho, destaca-se a terceirização e a desregulamentação dos direitos trabalhistas, os assistentes sociais enquanto classe trabalhadora sofre com esse processo de destruição dos direitos.

O crescente processo de desregulamentação que reconfigura as relações de trabalho também incide sobre sistema educacional, a educação superior nos interesses do capital é reconfigurada na busca de um perfil profissional flexível, colaboracionista, ligado às necessidades tecnológicas, atendendo diretamente as necessidades do próprio capital. Nas determinações do capital o sistema educacional ocorre de forma desigual e fragmentada, ocasionando uma educação pobre e esvaziada de conteúdo, a busca é por um profissional apto para atender as exigências e necessidades do mercado eliminando a capacidade de questionar as contradições sociais que se expressam das mais diversas formas no cotidiano profissional.

Oliveira (2017, p.26-29) aborda sobre o Ensino a Distância (EaD), apresentando acusações de que alguns autores e teóricos da profissão tenham alterado o seu discurso em nome de um temor de perda de postos de trabalho, a defesa que se faz é de uma educação de qualidade, pública e laica, o objetivo das diferentes frentes de defesa dessa política





pública enquanto um bem social, recusam o intenso processo de mercantilização vivenciado pela profissão desde da regulamentação do Decreto n.5.622/2005, garantido pelo art. 80<sup>5</sup> da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDBN) – Lei n.9.394/1996. A análise não parte da recusa de novos profissionais, mais a recusa em aceitar o direcionamento desta política enquanto uma mercadoria a ser explorada pelo grande capital.

A partir da contrarreforma do Estado brasileiro, apoiados na incursão do projeto neoliberal a partir da década de 1990, a política educacional inicia um processo de desmonte, deslocando-se da perspectiva de direito social e se liga aos interesses mercadológicos, iniciando um processo de formação de mercado para mercado.

[...] a década de 90 foi palco de um verdadeiro *apartheid* educacional: nos países periféricos, o BM recomendou o ensino fundamental como forma de “aliviar” a pobreza e como política de “coesão social”; aos países do centro capitalista, eram reservados o ensino superior e a pesquisa. Aprofundou-se a polarização também no âmbito educacional, com a indústria periférica importando pacotes tecnológicos, o que consolidou o setor educacional como importante espaço de mercantilização para o capital (PEREIRA, 2008, p. 63).

A educação superior privada apresenta um processo de aprofundamento e intensa mercantilização, considerando o crescimento das instituições lucrativas e ainda a adoção de estratégias de mercado na direção da financeirização, oligopolização e desnacionalização. Assim, neste processo nos últimos anos verifica-se como tendência a concentração da educação superior em determinados grupos empresariais. Recentemente destaca-se o processo de fusão entre as instituições privadas com fins lucrativos, onde empresas educacionais possuem de forma hegemônica a educação superior do país.

Com o capital em plena expansão e a acumulação flexível em voga, através dos quais a tendência é gerar maior riqueza para alguns e total miséria a outros, o discurso da educação é utilizado veementemente como uma forma de superação da pobreza, inclusive da igualdade (que é uma das marcas do neoliberalismo) garantido que a classe trabalhadora possa acessar a educação com a ideologia de que ela garantiria condições de emprego, salário e de vida melhor. Podemos dizer que o projeto educacional difundido por esta base atua como a negação do real, possibilitando uma crescente naturalização da exploração e ainda a desumanização do próprio homem.

---

<sup>5</sup> Art.80 “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada”. (BRASIL, 1996).



#### 4. Considerações Finais

O debate aqui proposto demonstra a presença do conservadorismo presente na profissão, com propostas que se alinham a questões amplamente debatidas e fundamentadas pela a profissão desde a década de 60. É uma tentativa de retorno ao passado que se fundamenta com as determinações postas por um modo de produção e reprodução das relações sociais.

O crescimento acelerado da profissão não pode fagocitar esse precioso patrimônio construído coletivamente, que é o Projeto Ético Político Profissional. Por isso, a formação do trabalho profissional devem ser oxigenadas permanentemente pela indignação com a barbárie, pela recusa ao naturalismo das coisas e pelo otimismo e convicção de que a história é constituída por sujeitos, homens e mulheres, alimentados pelo conhecimento teórico da realidade. (Boschetti, 2015. p. 650).

O legado histórico do Serviço Social brasileiro viabiliza um acúmulo teórico que possibilita a mediação da realidade social, a profissão a partir da perspectiva de ruptura, apreende no campo da resistência um espaço fecundo para a ampla defesa dos direitos humanos, mediante a ofensiva neoliberal a categoria profissional tem conduzido sua direção política na defesa e vigilância das leis que defendem os sujeitos sociais. A defesa do Projeto Ético Político da profissão é um campo permanente de luta.

Dessa forma, cabe refletir, no contexto socio- histórico atual, que o conservadorismo se expressa nas diferentes dimensões da vida, considerando ainda a precarização da educação superior e a ampliação da modalidade do ensino a distância, como essas questões irão se expressar na formação profissional dos futuros assistentes sociais.

Na atualidade existem duas formações na profissão em andamento, uma que é funcional a ordem do capital e outra que é oposição. A concepção de formação funcional tem todos os elementos necessários para se tornar dominante, pois atende as necessidades próprias do sistema capitalista, ela é a tendência. Assim, é necessário apreender esse Serviço Social que se desenvolve e se fortalece paulatinamente a cada ano, torna-se urgente a compreensão dos rumos tomados pela profissão.

#### Referências:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do Conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**. N. 124. São Paulo: Cortez, 2015. P. 637-651.



BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 5.622**, de 19 de dez de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 29 março 2019.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. SC, Florianópolis:UFSC, **Revista Katálisis**, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013.

\_\_\_\_\_. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético- político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: \_\_\_\_\_; FORTI, Valeria (Orgs.). **Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2015. p.39- 70.

KUENZER, Acácia Zeneide. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 77-95.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Edson Marques. **23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro: Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante**, 2017. Disponível em:<https://drive.google.com/file/d/0B159LRiZwoG5TFFzMW9VSUs2THM/view>. Acesso em: 02 abril 2019.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paulo: Xamã, 2008.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético- político do Serviço Social. In. **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. CFESS, 2009. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata\\_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf). Acesso em: 30 março 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In. **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. CFESS, 2009.